

**XIV PROCESSO SELETIVO DE CREDENCIAMENTO DE ESTAGIÁRIOS DO CURSO DE DIREITO,
PARA O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**

CADERNO DE QUESTÕES

2018

NOME:

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES A SEGUIR:

1. Este caderno contém 8 (oito) páginas com 20 (vinte) questões objetivas de **Conhecimentos Básicos** e 20 (vinte) questões objetivas de **Conhecimentos Específicos** de múltipla escolha, cada uma valendo 0,25 (zero vírgula vinte e cinco) pontos, totalizando valor máximo de 10 (dez) pontos.
2. A Nota Final do candidato será o somatório dos pontos atribuídos às questões da prova de **Conhecimentos Básicos** e a da prova de **Conhecimentos Específicos**.
3. Se o caderno estiver incompleto ou contiver imperfeição gráfica que prejudique a leitura, solicite **IMEDIATAMENTE** ao fiscal a sua substituição.
4. Cada questão apresenta quatro opções de resposta (A, B, C e D), das quais somente uma atende às condições do enunciado. Interpretar as questões faz parte da avaliação; portanto, é vedado solicitar quaisquer esclarecimentos ao Fiscal.
5. O candidato receberá junto com este caderno de questões, a FOLHA DE RESPOSTAS (gabarito). Verifique se os dados impressos na FOLHA DE RESPOSTAS estão corretos. Caso contrário, comunique imediatamente ao Fiscal.
6. Após o recebimento da FOLHA DE RESPOSTAS, não a dobre nem a amasse, manipulando-a o mínimo possível. Assine seu nome no local indicado, com caneta esferográfica azul ou preta. Após responder as questões neste caderno, o candidato deverá transcrever todas as alternativas assinaladas para a FOLHA DE RESPOSTAS, de acordo com as instruções nela contidas.
7. Questões com mais de uma alternativa assinalada, com rasura ou em branco serão anuladas. Portanto, ao preencher a FOLHA DE RESPOSTAS, faça-o cuidadosamente. Evite erros, pois não será possível a sua substituição.
8. O candidato dispõe de, no máximo, 3 (três) horas para responder às questões e preencher a FOLHA DE RESPOSTAS. O candidato que se retirar do ambiente de provas não poderá retornar em hipótese alguma. O candidato deverá permanecer, obrigatoriamente, no local de realização das provas por, no mínimo, 30 minutos após o início das provas.
9. Terminada a prova, avise ao Fiscal, pois este recolherá a FOLHA DE RESPOSTAS na carteira do candidato. O candidato somente poderá retirar-se do local de realização das provas levando o caderno de provas, após uma hora do início das provas.
10. Durante a realização da prova, não serão permitidas consultas à legislação, doutrina, jurisprudência, súmula ou anotações de quaisquer espécies, nem o porte de aparelhos eletrônicos, como telefones, *notebooks*, celulares, *palm*s e calculadoras.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

LÍNGUA PORTUGUESA

Com base no Padrão atual da Língua Portuguesa, responda as questões de 01 a 05.

01 – Dentre as alternativas abaixo, podemos entender a Figura de Linguagem “metáfora” como:

- a) A comparação de palavras com significados diferentes e cujo termo comparativo fica implícito na frase.
- b) O emprego de palavras ou expressões de significados opostos.
- c) Consiste em empregar um termo no lugar de outro, havendo entre ambos estreita afinidade ou relação de sentido.
- d) É o exagero de uma expressão afim de impressionar o interlocutor.

02 – Na frase “o menino subiu para cima”, podemos verificar a ocorrência de que tipo de Figura de Linguagem?

- a) Antítese
- b) Pleonasma
- c) Paradoxo
- d) Metáfora

03 – Assinale a alternativa em que todas as palavras estão escritas corretamente:

- a) Enchaguar – Exame – Paixão – Ameixa.
- b) Encherto – Mexerica – Enxada – Enchente.
- c) Xarope – Xadrez – Xafariz – Alcachofra.
- d) Abacaxi – Capixaba – Caxumba – Almoxarife.

04 – Assinale a alternativa em que a acentuação gráfica está correta:

- a) Eles crêem que tudo acontecerá.
- b) Eles vêem toda a terra.
- c) Aquela idéia é de grande valia.
- d) Eu abençoo vocês.

05 – Assinale a alternativa em que o uso da crase está incorreto:

- a) Os estagiários foram à confraternização de Natal.
- b) Ele foi à farmácia em busca de remédios.
- c) O rapaz comprou camisas à Luís XV.
- d) O menino ficou à pensar na prova.

HISTÓRIA E GEOGRAFIA DO RIO GRANDE DO NORTE

06 – Analisando o mapa abaixo, assinale a alternativa que apresenta, respectivamente, as mesorregiões do Estado do Rio Grande do Norte:



- a) 1 – Oeste Potiguar; 2 – Central Potiguar; 3 – Agreste Potiguar; 4 – Leste Potiguar.
- b) 1 – Oeste Potiguar; 2 – Agreste Potiguar; 3 – Central Potiguar; 4 – Leste Potiguar.
- c) 1 – Central Potiguar; 2 – Oeste Potiguar; 3 – Agreste Potiguar; 4 – Leste Potiguar.
- d) 1 – Oeste Potiguar; 2 – Central Potiguar; 3 – Leste Potiguar; 4 – Agreste Potiguar.

07 – Em que Microrregião está localizado o Município de Pedro Avelino?

- a) Microrregião Agreste Potiguar
- b) Microrregião Baixa Verde
- c) Microrregião Angicos
- d) Microrregião Vale do Açu

08 – A Serra Barriguda e a Serra Pico do Cabugi, respectivamente, estão localizados em quais microrregiões?

- a) Microrregião Pau do Ferros e Microrregião Angicos.
- b) Microrregião Agreste Potiguar e Microrregião Mossoró.
- c) Microrregião Seridó Oriental e Microrregião Angicos.
- d) Microrregião Umarizal e Microrregião Pau dos Ferros.

09 – Em que Mesorregião está localizado o Município de Touros?

- a) Mesorregião Leste Potiguar
- b) Mesorregião Agreste Potiguar
- c) Mesorregião Central Potiguar
- d) Mesorregião Oeste Potiguar

10 – Em que Mesorregião está localizado a microrregião do Vale do Açu?

- a) Mesorregião Leste Potiguar
- b) Mesorregião Agreste Potiguar
- c) Mesorregião Central Potiguar
- d) Mesorregião Oeste Potiguar

NOÇÕES BÁSICAS DE INFORMÁTICA

11 – Editor de Apresentações do aplicativo BrOffice:

- a) Draw
- b) Impress
- c) Calc
- d) Math

12 – Uma planilha do Microsoft Excel 2013, versão em Português (Brasil), possuía os seguintes dados: as células A1, A2 e A3 continham, respectivamente, os valores 7, 5 e 8. A célula D2 = $A1 * A2$; a célula D3 = $A1 + A3$; e, a célula D4 = $(D2 * 3) + (D3 * 5)$. Pergunta-se qual o resultado da fórmula da célula D4?

- a) 100
- b) 120
- c) 180
- d) 280

13 – É o local onde se processa e analisa todas as informações que entram e saem do computador:

- a) Memória RAM
- b) Pendrive
- c) Unidade Central de Processamento
- d) Intranet

14 – Qual dos dispositivos abaixo possui maior capacidade de armazenamento de dados?

- a) Pendrive de 8 Gbytes.
- b) Winchester de 6 Gbytes.
- c) Blu-Ray de 128 Gbytes.
- d) Disco Rígido Externo de 8 Terabytes.

NOÇÕES BÁSICAS DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

15 – De acordo com o § 5º do Art. 165 da Constituição Federal de 1988, podemos afirmar que a lei orçamentária anual não compreenderá:

- a) O orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.
- b) O orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.
- c) O orçamento da assistência social em que os estados e municípios detenham a maioria do capital social.
- d) O orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.

16 – A Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 estatui normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, explicita no art. 2º que:

- a) A Lei do Orçamento conterà a discriminação da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômica, financeira e o programa de trabalho do Governo, obedecidos os princípios da unidade, universalidade e anualidade.
- b) A Lei do Orçamento conterà a discriminação da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômica, financeira e o programa de trabalho do Governo, obedecendo o princípio orçamentário da autonomia onde se observa que o orçamento deve ser uno, ou seja, deve existir apenas um orçamento para dado exercício financeiro.
- c) Acompanharão a Lei de Orçamento, somente os quadros demonstrativos da receita e planos de aplicação dos fundos especiais.
- d) Integrarão a Lei de Orçamento, apenas o sumário geral da receita por fontes e da despesa por funções do Governo.

17 – É o princípio orçamentário onde se observa que o orçamento deve ser uno, ou seja, deve existir apenas um orçamento para dado exercício financeiro:

- a) Princípio da independência
- b) Princípio da autonomia
- c) Princípio da unidade
- d) Princípio da universalidade

18 – Com base na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 é exemplo de Receita Corrente e Receita de Capital, respectivamente:

- a) Receita Tributária e Receita Patrimonial.
- b) Receita Industrial e Operações de Crédito.
- c) Transferências Correntes e Impostos.
- d) Alienação de Bens e Operações de Crédito.

19 – Com base na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 é exemplo de Despesa Corrente e Despesa de Capital, respectivamente:

- a) Despesas de Custeio e Transferências Correntes.
- b) Transferências Correntes e Transferências de Capital.
- c) Inversões Financeiras e Investimentos.
- d) Amortização da Dívida Pública e Concessão de Empréstimos.

20 – Com base na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, assinale a alternativa incorreta:

- a) O exercício financeiro coincidirá com o ano civil.
- b) Consideram-se Restos a Pagar as despesas empenhadas mas não pagas até o dia 31 de dezembro distinguindo-se as processadas das não processadas.
- c) São créditos adicionais, as autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento.
- d) Os créditos adicionais classificam-se em:
 - a) suplementares, ou seja, os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública; b) especiais, ou seja, os destinados a reforço de dotação orçamentária; e c) extraordinários, ou seja, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL

Com base na Constituição Federal de 1988, assinale as questões 21 a 25.

21 – Quanto aos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, assinale a alternativa incorreta:

- a) É inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias.
- b) É assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva.
- c) São inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos.
- d) Conceder-se-á mandado de injunção sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.

22 – Quanto aos Direitos Sociais, assinale a alternativa incorreta:

- a) São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social, o repouso semanal remunerado, exclusivamente aos domingos.
- b) São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social, o décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria.
- c) É assegurado o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender.
- d) É assegurada a participação dos trabalhadores e empregadores nos colegiados dos órgãos públicos em que seus interesses profissionais ou previdenciários sejam objeto de discussão e deliberação.

23 – Quanto à Nacionalidade, assinale a alternativa incorreta:

- a) São brasileiros naturalizados, os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país.
- b) São brasileiros natos, os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil.
- c) A lei não poderá estabelecer distinção entre brasileiros natos e naturalizados, salvo nos casos previstos na Constituição.
- d) São privativos de brasileiro nato os cargos de Presidente do Senado Federal e de Ministro do Supremo Tribunal Federal.

24 – Quanto aos Direitos Políticos, assinale a alternativa incorreta:

- a) O alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para os maiores de setenta anos.
- b) Não podem alistar-se como eleitores os estrangeiros e, durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos.
- c) Para concorrerem a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito.
- d) O mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo de quinze dias contados da diplomação, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude.

25 – Quanto a Organização do Estado, assinale a alternativa incorreta:

- a) São bens da União, os que atualmente lhe pertencem e os que lhe vierem a ser atribuídos.
- b) Compete à União, Compete à União, declarar a guerra e celebrar a paz.
- c) É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, legislar sobre atividades nucleares de qualquer natureza.
- d) Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre orçamento.

DIREITO ADMINISTRATIVO

26 – De acordo com a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, podemos afirmar que são atos de Improbidade Administrativa que atentam contra os princípios da Administração Pública:

- a) Celebrar parcerias da administração pública com entidades privadas sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie.
- b) Revelar fato ou circunstância de que tem ciência em razão das atribuições e que deva permanecer em segredo.
- c) Ordenar ou permitir a realização de despesas não autorizadas em lei ou regulamento.
- d) Perceber vantagem econômica para intermediar a liberação ou aplicação de verba pública de qualquer natureza.

27 – De acordo com a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, podemos afirmar que é dispensável a licitação:

- a) Para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.
- b) Quando a União tiver que intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento.
- c) Para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes.
- d) Quando houver inviabilidade de competição.

28 – Com base na Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, podemos afirmar que não é atribuição dos Agentes de Integração, como auxiliares no processos de aperfeiçoamento do instituto do estágio:

- a) Identificar oportunidades de estágio.
- b) Ajustar suas condições de realização.
- c) Fazer o acompanhamento administrativo.
- d) Indicar professor orientador, da área a ser desenvolvida no estágio, como responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades do estagiário.

DIREITO CIVIL

29 – Segundo o Código Civil Brasileiro e no que se refere a personalidade e a capacidade, assinale a alternativa incorreta:

- a) Toda pessoa é capaz de direitos e deveres na ordem civil.
- b) A personalidade civil da pessoa começa do nascimento com vida; mas a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro.
- c) São registrados em registro público, dentre outros, a emancipação por outorga dos pais ou por sentença do juiz.
- d) São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.

30 – Segundo o Código Civil Brasileiro e no que se refere ao negócio jurídico, assinale a alternativa incorreta:

- a) A validade do negócio jurídico requer: agente capaz; objeto lícito, possível, determinado ou determinável; e forma prescrita ou não defesa em lei.
- b) A impossibilidade inicial do objeto não invalida o negócio jurídico se for relativa, ou se cessar antes de realizada a condição a que ele estiver subordinado.
- c) No negócio jurídico celebrado com a cláusula de não valer sem instrumento público, este é da substância do ato.
- d) Salvo se o permitir a lei ou o representado, é nulo o negócio jurídico que o representante, no seu interesse ou por conta de outrem, celebrar consigo mesmo.

31 – Segundo o Código Civil Brasileiro e no que se refere aos defeitos do negócio jurídico, assinale a alternativa incorreta:

- a) São os negócios jurídicos anuláveis por dolo, quando este for a sua causa.
- b) O dolo acidental só obriga à satisfação das perdas e danos, e é acidental quando, a seu despeito, o negócio seria realizado, embora por outro modo.
- c) Se ambas as partes procederem com dolo, qualquer uma das partes pode alegá-lo para anular o negócio, ou reclamar indenização.
- d) Não se considera coação a ameaça do exercício normal de um direito, nem o simples temor reverencial.

DIREITO PENAL

32 – De acordo com o Código Penal Brasileiro, e no que se refere a aplicação da lei penal, assinale a alternativa incorreta:

- a) Aplica-se a lei brasileira, sem prejuízo de convenções, tratados e regras de direito internacional, ao crime cometido no território nacional.
- b) É aplicável a lei brasileira aos crimes praticados a bordo de aeronaves ou embarcações estrangeiras de propriedade privada, achando-se aquelas em pouso no território nacional ou em voo no espaço aéreo correspondente, e estas em porto ou mar territorial do Brasil.
- c) A lei excepcional ou temporária, após decorrido o período de sua duração, não pode ser aplicada ao fato praticado durante sua vigência.
- d) Considera-se praticado o crime no lugar em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, bem como onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado.

33 – São circunstâncias que sempre agravam a pena, quando não constituem ou qualificam o crime, exceto:

- a) A reincidência.
- b) Ter o agente cometido o crime por motivo fútil ou torpe.
- c) Praticado em estrito cumprimento de dever legal.
- d) Ter o agente cometido o crime em estado de embriaguez preordenada.

34 – De acordo com o Código Penal Brasileiro podemos afirmar que constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, ou depois de lhe haver reduzido, por qualquer outro meio, a capacidade de resistência, a não fazer o que a lei permite, ou a fazer o que ela não manda é caracterizado como:

- a) Constrangimento ilegal.
- b) Sequestro.
- c) Cárcere privado.
- d) Redução a condição análoga à de escravo.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Com base na Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 – Código de Processo Civil, responda as questões 35 a 37.

35 – No que se refere aos poderes, dos deveres e da responsabilidade do juiz, é correto afirmar:

- a) O juiz poderá se eximir de decidir sob a alegação de lacuna ou obscuridade do ordenamento jurídico.
- b) O juiz poderá decidir por equidade em qualquer caso.
- c) O juiz decidirá o mérito nos limites propostos pelas partes, podendo conhecer de questões não suscitadas a cujo respeito à lei exige iniciativa da parte.
- d) O juiz dirigirá o processo conforme as disposições do Código de Processo Civil, incumbindo-lhe, dentre outras situações, determinar o suprimento de pressupostos processuais e o saneamento de outros vícios processuais.

36 – É situação em que há suspeição do juiz:

- a) Amigo íntimo ou inimigo de qualquer das partes no processo ou de seus advogados.
- b) Atuação no processo como mandatário da parte.
- c) Quando for sócio ou membro de direção ou de administração de pessoa jurídica parte no processo.
- d) Quando for herdeiro presuntivo, donatário ou empregador de qualquer das partes no processo.

37 – No que se refere ao Ministério Público, é incorreto afirmar:

- a) O Ministério Público atuará na defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses e direitos sociais e individuais indisponíveis.
- b) O Ministério Público exercerá o direito de ação em conformidade com suas atribuições constitucionais.
- c) Nos casos de intervenção como fiscal da ordem jurídica, o Ministério Público terá vista dos autos antes das partes, sendo intimado de todos os atos do processo.
- d) O Ministério Público será intimado para, no prazo de 30 (trinta) dias, intervir como fiscal da ordem jurídica nas hipóteses previstas em lei ou na Constituição Federal e nos processos que envolvam: interesse público ou social; interesse de incapaz; e, litígios coletivos pela posse de terra rural ou urbana.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

38 – De acordo com o Código de Processo Penal Brasileiro, assinale a alternativa incorreta:

- a) O inquérito deverá terminar no prazo de 60 dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente, contado o prazo, nesta hipótese, a partir do dia em que se executar a ordem de prisão, ou no prazo de 15 dias, quando estiver solto, mediante fiança ou sem ela.
- b) Quando o fato for de difícil elucidação, e o indiciado estiver solto, a autoridade poderá requerer ao juiz a devolução dos autos, para ulteriores diligências, que serão realizadas no prazo marcado pelo juiz.
- c) Os instrumentos do crime, bem como os objetos que interessarem à prova, acompanharão os autos do inquérito. O inquérito policial acompanhará a denúncia ou queixa, sempre que servir de base a uma ou outra.
- d) O Ministério Público não poderá requerer a devolução do inquérito à autoridade policial, senão para novas diligências, imprescindíveis ao oferecimento da denúncia.

39 – De acordo com o Código de Processo Penal, no que se refere a Ação Penal, assinale a alternativa incorreta:

- a) Ao ofendido ou a quem tenha qualidade para representá-lo caberá intentar a ação privada.
- b) A representação será retratável, depois de oferecida a denúncia.
- c) A ação penal, nas contravenções, será iniciada com o auto de prisão em flagrante ou por meio de portaria expedida pela autoridade judiciária ou policial.
- d) Qualquer pessoa do povo poderá provocar a iniciativa do Ministério Público, nos casos em que caiba a ação pública, fornecendo-lhe, por escrito, informações sobre o fato e a autoria e indicando o tempo, o lugar e os elementos de convicção.

40 – Assinale a alternativa incorreta, segundo o que determina o Código de Processo Penal, no que se refere ao Juiz, o Ministério Público, o Acusado, o Defensor, os Assistentes e Funcionários da Justiça:

- a) O juiz não poderá exercer jurisdição no processo em que: tiver funcionado seu cônjuge ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral até o terceiro grau, inclusive, como defensor ou advogado, órgão do Ministério Público, autoridade policial, auxiliar da justiça ou perito.
- b) Os órgãos do Ministério Público funcionarão nos processos em que o juiz ou qualquer das partes for seu cônjuge, ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, e a eles se estendem, no que lhes for aplicável, as prescrições relativas à suspeição e aos impedimentos dos juízes.
- c) Ao acusado menor dar-se-á curador. Se o acusado não o tiver, ser-lhe-á nomeado defensor pelo juiz, ressalvado o seu direito de, a todo tempo, nomear outro de sua confiança, ou a si mesmo defender-se, caso tenha habilitação.
- d) As prescrições sobre suspeição dos juízes estendem-se aos serventuários e funcionários da justiça, no que lhes for aplicável.



MPRN

MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO NORTE